



GT – 06: Economia urbana, trabalho, comércio e consumo

MULHERES E AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE/MG¹

reflexões sobre o trabalho de cuidados e outras economias

Marina Ribeiro Coimbra
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia IGC/UFMG
marinaribeirocsa2014@gmail.com

Ghiulia Cabral Martins
Mestra em Geografia - IGC/UFMG e Pesquisadora AUÊ!/UFMG
ghiuliacabral@gmail.com

Heloisa Costa
Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia - IGC/UFMG
heloisasmcosta@gmail.com

RESUMO: O trabalho de cuidados (como cuidar das crianças, dos idosos e do lar) tem sido naturalizado e atribuído historicamente às mulheres. Esse processo resulta na invisibilização e desvalorização dessas práticas, mesmo quando remuneradas. O presente trabalho traz reflexões acerca das vivências de agricultoras urbanas em Belo Horizonte - Minas Gerais, traçando um paralelo entre o trabalho de cuidados e as práticas agrícolas realizadas por mulheres, em sua maioria negras e periféricas, organizadas em experiências de pequena escala. Trata-se de um estudo empírico, fundamentado a partir de uma abordagem qualitativa e de revisão de literatura, buscando trazer aspectos que relacionam o debate sobre o trabalho de cuidados com a produção do espaço urbano e a discussão referente a outras formas de economia.

Palavras-chave: agricultura urbana; mulheres; cuidado.

1. INTRODUÇÃO

¹ As autoras agradecem às seguintes instituições: à Capes pela bolsa de mestrado de Marina Coimbra (Código de financiamento 001); ao CNPq pela bolsa de Produtividade em Pesquisa de Heloisa Costa; à Fapemig pelo apoio ao projeto "Agriculturas da Região Metropolitana de Belo Horizonte e reconfigurações territoriais: sujeitos e práticas agroecológicas, planejamento territorial e políticas públicas" (Processo APQ-01541-22).

A economia brasileira é marcada por múltiplas lógicas e relações econômicas, mesmo que sua face mais visível seja o processo de produção capitalista (DINIZ, 2019). O aumento das desigualdades sociais, as novas formas de precarização do trabalho e a crise na busca da garantia de um Estado de bem-estar social que acompanham os processos de modernização incompleta e urbanização acelerada (DINIZ, 2019, p.956), intensificaram o surgimento de estratégias de sobrevivência e de manutenção da vida, complementares ou de ruptura com formas de trabalho convencionais e com a economia empresarial. Surgem e/ou se intensificam, dentro dessas chamadas outras economias emergentes, práticas de cuidado, solidariedade e domesticidade.

Conforme Diniz (2019, p.964), “o campo das ‘outras economias’ tem suas raízes na economia popular e se desenvolve no Brasil por meio da economia solidária. Em nível internacional, também se integra ao conceito de economia social e solidária (ESS)”. Tem sido adotado também o termo economia popular e solidária, que é mais abrangente e engloba várias formas de economia que têm como objetivo a reprodução social, ao invés da acumulação de capital e da competição, refletindo em alternativas ao modelo econômico hegemônico. O cultivo de plantas alimentícias e medicinais em quintais e hortas comunitárias; cooperativas e associações; e iniciativas familiares, são alguns exemplos de outras economias que aparecem como trabalho e reprodução ampliada da vida.

Nesse contexto, no município de Belo Horizonte - Minas Gerais, as vivências e práticas de mulheres agricultoras urbanas, em sua maioria negras e periféricas, organizadas em experiências de pequena escala, são um exemplo importante do estabelecimento de redes de cuidado centradas em dinâmicas que priorizam os usos coletivos dos espaços e oferecendo elementos que apontam para relações socioespaciais e econômicas complexas, que transcendem a lógica urbano-capitalista.

Concomitantemente, as mulheres que sustentam tais práticas se encontram muitas vezes sobrecarregadas física e mentalmente, em um contexto de invisibilidade de seus trabalhos, com pouco ou nenhum recurso financeiro, tendo seu tempo na horta limitado ou impossibilitado e vivenciando dificuldades na garantia ao acesso adequado a infra-estrutura e

serviços urbanos, o que limita a autonomia, a autodeterminação e a possibilidade de ampliação e fortalecimento das suas práticas no espaço urbano.

Contribuições de determinadas formulações feministas enquanto crítica e proposta epistemológica, oferecem aportes para a construção de bases teóricas que facilitem a tessitura da articulação entre as relações de gênero, os trabalhos de cuidado e a produção do espaço urbano.

Além disso, nesse texto aponta-se o caráter ambivalente do contexto das agricultoras, uma vez que agenciam dinâmicas urbanas catalisadoras de transformações socioespaciais a partir do trabalho de cuidados como, por exemplo, a promoção de uma alimentação saudável para suas famílias e comunidades do entorno, a partir do plantio e da preparação de alimentos agroecológicos e, ao mesmo tempo, vivenciam condições de vulnerabilidade nas quais esse cuidado não retorna para as próprias mulheres agentes dos cuidados, seja por parte do Estado, da família e da comunidade, e/ou como geração de renda.

Assim, faz-se importante criar e fortalecer ações articuladas que facilitem transformações nesse contexto, como políticas públicas que considerem e apoiem a atividade dos cuidados, iniciativas e processos sociais de redistribuição do trabalho de cuidados envolvendo toda a sociedade, bem como estratégias de remuneração direta das pessoas que desempenham essas atividades.

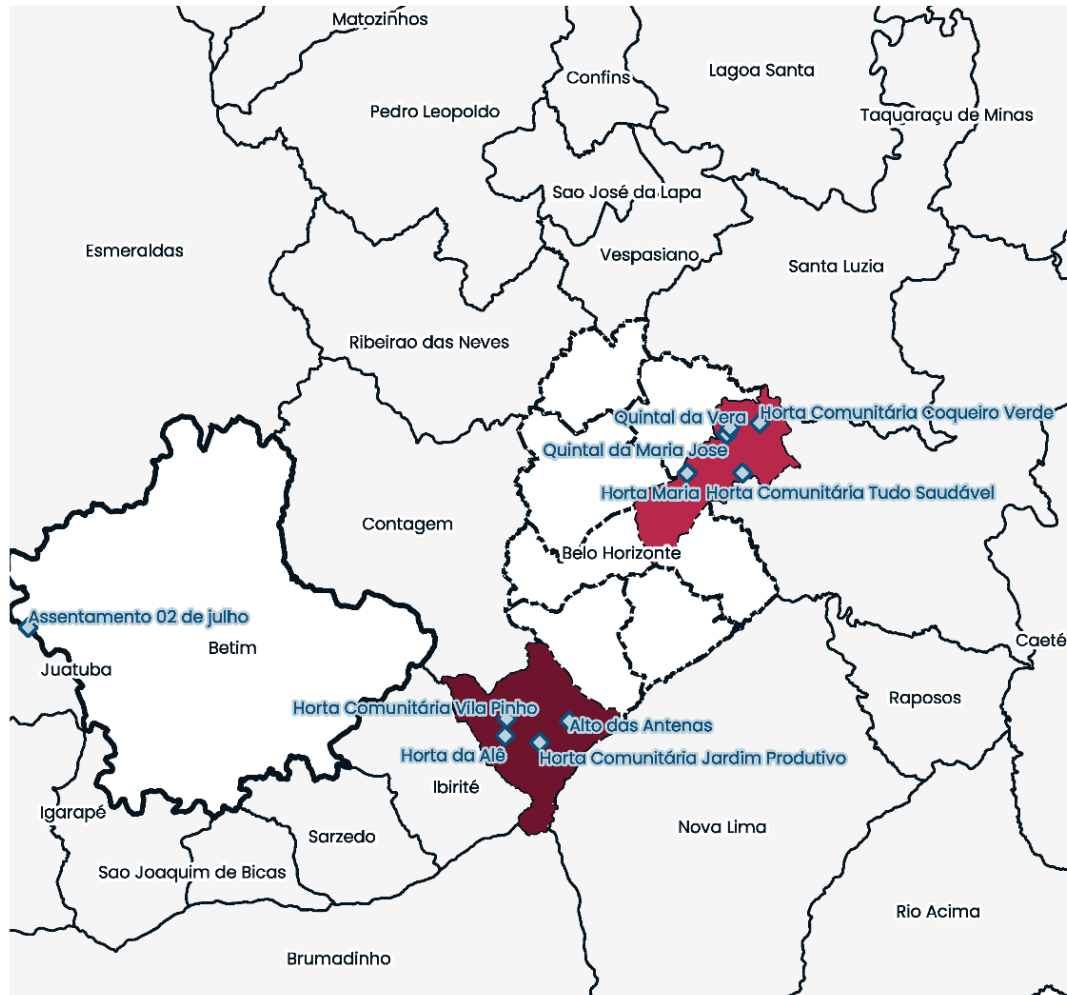
O Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados brasileira, afirma que o cuidado, um termo polissêmico que pode ser definido como “um trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e reprodução da vida humana, da força de trabalho, das sociedades e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas” (BRASIL, 2023). Pontua que o cuidado é um trabalho essencial para a sustentabilidade da vida humana e para o funcionamento da economia e da sociedade, na medida em que ele garante a reprodução da força de trabalho, podendo ser considerado, sob essa perspectiva, a base da atividade econômica da sociedade contemporânea. No contexto brasileiro, “a organização social dos cuidados é desigual, injusta e insustentável - seja do ponto de vista ético, econômico ou social (IDEM, 2023).

Nesse sentido, as abordagens do campo da geografia sobre a produção do espaço urbano são necessárias nesse texto, tanto para a compreensão das relações de gênero de maneira espacializada, quanto da dimensão espacial das relações de gênero. Compreender as relações de gênero em sua perspectiva espacial é também considerar que o espaço é produto de inter-relações entre diferentes escalas (REIS, 2015), desde o cotidiano doméstico e comunitário, até processos globais como a divisão sexual e internacional do trabalho, é, portanto, “enxergar o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual trajetórias distintas coexistem e estão em constante construção.” (IDEM, 2015).

O trabalho de cuidados aqui abordado é calcado em desigualdades interseccionadas de raça, classe e gênero, posto que é realizado principalmente por mulheres, negras, de baixa renda e tantas vezes migrantes (HIRATA, 2016, p. 54). Constitui e é constituído pela produção do espaço urbano desigual e excludente, com suas imbricações dialéticas no âmbito econômico, tais como a preparação de refeições para familiares e a produção de alimentos e para consumo familiar, trocas entre vizinhos e doações para instituições.

O presente trabalho ensaia brevemente alguns aspectos que conectam o debate do trabalho de cuidados empregado por mulheres agricultoras com a produção do espaço nas cidades e o debate sobre as outras economias. As considerações aqui tecidas tem como referência a participação das autoras em projetos de pesquisa e extensão conduzidos pelo grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana, sediado no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (AUÊ!/UFMG), particularmente no contato com algumas experiências conduzidas por agricultoras em Belo Horizonte no âmbito do projeto de pesquisa “Perto das mulheres, perto da terra: outras economias e circuitos de produção, comercialização e consumo de comida de verdade em territórios da RMBH” (Figura 1). Dessa forma, este é um estudo empírico, fundamentado a partir de uma abordagem qualitativa e de revisão de literatura.

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DAS MULHERES ACOMPANHADAS



LEGENDA

- ◆ Localização das unidades produtivas das mulheres agricultoras/produzoras
- ▭ Regionais Administrativas do município de Belo Horizonte
- Regional Barreiro
- Regional Nordeste
- ▭ Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Elaboração: Grupo AUÉ - Estudos em Agricultura Urbana/IGC-UFMG. Abril de 2024.

Fontes: AUÉ/UFMG (Hortas e Quintais Acompanhados); IBGE (banco de bases cartográficas, acessado em 2023); IDE BHGEO
Projeção: SIRGAS 2000 UTM 23S.

Figura 1: Localização das unidades produtivas de agricultoras acompanhadas (Alencar et al., 2024).

2. A AMBIVALÊNCIA DO TRABALHO DE CUIDADOS

A agricultura urbana envolve atividades agropecuárias realizadas tanto dentro quanto no entorno das cidades. Essas atividades abrangem diferentes tamanhos de produção e variados métodos de manejo. Assim, a agricultura urbana surge de diferentes interesses, motivações e configurações, podem integrar estratégias de subsistência de famílias de baixa renda, serem voltadas para comercialização e geração de renda, realizadas como uma atividade de lazer ou terapia, impulsionadas por preocupações ambientais, entre outros propósitos (ALMEIDA, 2016).

Ao considerar o contexto de agricultoras urbanas de Belo Horizonte, majoritariamente mais velhas e negras, ressalta-se que elas produzem em variados tipos de espaços, sendo os mais significativos os quintais de suas residências, as hortas comunitárias, os espaços públicos e remanescentes de intervenções urbanas, como também as Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias (UPs) em bairros periféricos, vilas e favelas em Belo Horizonte (Figura 2).



Figura 2: Quintais e unidades produtivas acompanhadas (acervo das autoras, 2024).

As UPs são espaços coletivos e autogeridos credenciados por voluntárias e voluntários que desejam receber apoio na implementação e manutenção das áreas de cultivo por meio da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU), integrada à Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), parte da estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

São usualmente hortas comunitárias situadas em terrenos públicos cedidos pela PBH a partir de termo de cessão de uso. Após cadastradas, a PBH atende-as a partir de construção de infraestrutura, fornecimento de insumos produtivos e assistência técnica. As pessoas que cultivam nesses espaços são moradoras dos bairros, residindo próximos à horta que integram. Em geral, existem espaços comuns geridos coletivamente nas UPs mas, ao mesmo tempo, cada agricultora tem seu pedaço de terra para cultivo com autonomia para destinar a produção como desejar (consumo, troca, doação e venda).

É interessante perceber que, sob determinada perspectiva, a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir das hortas comunitárias pode ser compreendida como uma política urbana de cuidados com relevantes implicações para a realidade das mulheres, mesmo que não intencionalmente inscrita nesse campo. A esse respeito, análises mais aprofundadas sobre os impactos da política pública na vida das mulheres são necessárias para evitar tanto tendências que naturalizam o trabalho de cuidados desempenhado pelas agricultoras em casa, na horta, nos bairros, na comunidade e na cidade como responsabilidade exclusiva das mulheres, quanto abordagens que centralizam-se excessivamente nos ônus da exploração do trabalho de cuidados. A noção de ambivalência parece auxiliar no estabelecimento de estratégias teórico-analíticas que dêem conta, parcialmente, dessa empreitada.

As áreas, atendidas ou não pela prefeitura, costumam ser próximas ou mesmo são os locais domésticos, no caso dos quintais, o que entrelaça as fronteiras entre o trabalho de cuidados e as atividades da agricultura. As hortas e/ou agroflorestas estimulam e ampliam os espaços e as possibilidades de atuação e autonomia das mulheres, muitas delas vivenciando anteriormente rotinas restritas ao ambiente doméstico ou doméstico ampliado (supermercados, postos de saúde, escolas). Proporcionam um espaço de lazer, contribuem

com a saúde física e mental, com o resgate ou a experimentação dos vínculos com a natureza e sua conservação, estimulam a participação política, comunitária e profissional, além de fortalecerem vínculos de sociabilidade, alternativas de geração de renda e promoção de uma alimentação saudável para sua família e comunidade.

A proximidade ou equivalência dos espaços de cultivo com os espaços de cuidado, ou onde o cuidado se realiza, possibilita que as mulheres conjuguem a rotina de cuidados com os filhos, netos e familiares com a geração de renda. Tal configuração, concomitantemente, fortalece a autonomia, mas também aumenta a dependência e a carga de trabalho das agricultoras, que realizam simultaneamente as práticas de agricultura e o cuidado dos netos, por exemplo.

Como anunciado anteriormente, a maioria das mulheres acompanhadas são negras e mais velhas e muitas responsáveis pelo cuidado integral ou quase integral com os netos, cuidam para que as filhas e noras possam trabalhar, cuidam porque as filhas têm problemas com drogadição, entre outras situações. A horta não é considerada, por muitas famílias e pela comunidade do entorno, como um espaço de trabalho, sendo ele remunerado ou não, discurso que sustenta a delegação dos cuidados às mulheres durante seu tempo no espaço produtivo.

As áreas produtivas são uma oportunidade de sair de casa, mas também onde a casa vai até elas, dessa forma podem ser consideradas como um espaço doméstico ampliado, uma extensão do trabalho de cuidados, com suas dores e delícias. Alimentos agroecológicos saem das hortas para a casa e comunidade e auxiliam no combate à fome e à insegurança alimentar em um momento no qual os alimentos estão caros e com agrotóxicos, mas o suporte para que as mulheres sigam produzindo não vem, e muitas diminuem drasticamente a produção ou mesmo param de produzir para cuidar de familiares. Essa não é uma especificidade da agricultura urbana, mas é agravada na medida em que o trabalho “para fora” como faxina ou garçonete, por exemplo, é reconhecido como trabalho, enquanto o trabalho feminino na agricultura, em contextos urbanos, muitas vezes é rotulado como “lazer” ou concebido como uma extensão do trabalho doméstico, e portanto, por seu caráter de invisibilidade, não reconhecido como trabalho.

O campo disciplinar e de debates das outras economias é caracterizado pelo fazer economia de forma diferente, para isso, é preciso compreender que a economia é diversa, heterogênea, e mutável, em vez de algo fixo e inquestionável (GIBSON-GRAHAM; DOMBROSKI, 2020). Sob essa perspectiva, a economia pode ser considerada mista/plural, uma vez que os processos econômicos não são movidos unicamente pela lógica do mercado e da acumulação, mas englobam outros aspectos, como a reciprocidade, a domesticidade e a redistribuição. A economia popular solidária (CORAGGIO, 2011), por exemplo, surge das redes de cuidado e solidariedade estabelecidas no cotidiano, como anuncia Sibelle Diniz (2019).

As realizações econômicas no território não se dão apenas em torno das relações mercantis monetizadas, mas sim de uma amplitude de lógicas e de recursos que se combinam de formas diversas, envolvendo o Estado, o mercado e a sociedade civil (DINIZ, 2019). Nesse sentido, aspectos econômicos são socialmente construídos e modificados, como é o caso da naturalização do trabalho de cuidados como responsabilidade das mulheres, processo que fundamenta a sua invisibilização e desvalorização, mesmo quando exercido de forma remunerada (HIRATA, 2021, 2002, 2010). Tal processo é organizado contemporaneamente a partir da divisão do trabalho na sociedade capitalista, na qual a raça, a classe, o gênero, a sexualidade e a geração mediam relações de poder na distribuição e operacionalização do trabalho doméstico e na agricultura (COLLINS, 2019), funcionando como marcadores sociais que possibilitam a acumulação do capital pela exploração do trabalho de cuidados realizado pelas mulheres.

As práticas das agricultoras urbanas, nesse cânone interpretativo, são outras economias. Outras porque não são referenciadas por formas hegemônicas. Ambivalentemente outras, porque tecem, a despeito da ideologia vigente, outras relações econômicas na cidade: uma cidade na qual mulheres - trabalhadoras - produzem e circulam alimentos saudáveis para alimentar suas famílias, comunidade e cidade, em relações de consumo, troca, doações e vendas. Radicalmente outras, ao executarem trabalhos invisíveis, majoritariamente não remunerados, que não entram no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), mas que sustentam cotidianamente a produção da vida.

A agricultura, assim como tantos outros trabalhos que são delegados às mulheres, muitas vezes não é remunerada e/ou valorizada. Seja em relação à produção para consumo próprio, à troca, à doação e/ou à venda, essas práticas movimentam a economia doméstica e também da comunidade. Muitas agricultoras estão inseridas em iniciativas de economia popular e/ou solidária, além de estabelecerem práticas de trocas e doação do que é produzido. Para além da geração de renda, essa relação promove o acesso a alimentos mais saudáveis e diversos, tanto das famílias dessas mulheres, quanto para quem venderam, doaram ou trocaram.

Entretanto, vale acrescentar que uma das barreiras para a ampliação da comercialização na agricultura urbana é a impossibilidade de acessar políticas públicas voltadas para agricultura familiar, assim como outros incentivos para produção e geração de renda, já que muitas iniciativas não conseguem se adequar à Certidão de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)². Nas palavras de uma agricultora de Belo Horizonte, que é referência para muitas outras, com larga experiência formativa, produtiva e de comercialização em redes de economia popular e solidária:

Você trabalhar como agricultora familiar urbana é muito difícil. Você não recebe nada, nada de ninguém. A prefeitura não pode dar, porque sou sozinha. Vai em outro e não pode dar, porque você trabalha com familiar urbana. Então não tem esse retorno pra gente (fala de V., agricultora do bairro Ribeiro de Abreu).

3. AGROECOLOGIA E CUIDADO: MULHERES ENQUANTO AGENTES SOCIOAMBIENTAIS

A agroecologia é uma forma de produzir alimentos que busca transformar o sistema de produção alimentar, enfrentar o uso de agrotóxicos e transgênicos, e utilizar técnicas que não agredem o meio ambiente. É também um prática e movimento social, que incorpora lutas por igualdade e justiça socioambiental, orientando-se pelos saberes tradicionais e práticas ancestrais (WEZEL et al, 2009), abrindo ainda caminhos e se alinhando com o pensamento

² A agricultura familiar é regida por uma legislação que a promove e protege (Lei nº 11.326/2006), baseada em critérios relacionados ao tipo e tamanho da unidade produtiva, força de trabalho (predominantemente familiar), renda advinda principalmente das atividades do estabelecimento, entre outros, de forma que agricultoras urbanas dificilmente conseguem atender esses parâmetros.

decolonial e outras formas de vislumbrar a sustentabilidade (LIMONAD, 2021; CURIEL, 2009).

As agricultoras a quem se referem as reflexões deste trabalho praticam a agroecologia, de forma que outro aspecto relevante a se considerar é o potencial que os sistemas agroecológicos oferecem para cuidar: cuidar do solo, da água e da biodiversidade, incluindo as pessoas. As mulheres são agentes de práticas urbanas de cuidado também com a natureza na urbanização, o que pode ser um caminho interpretativo para pensar as agricultoras urbanas como prestadoras de serviços socioambientais.

Historicamente o trabalho de cuidados com a natureza também é mobilizado majoritariamente por mulheres, questão sob a qual se debruçam teóricas e ativistas ecofeministas, do campo agroecológico e de algumas vertentes da economia feminista.

Apesar de uma tentativa sistemática das potências coloniais de destruir os sistemas femininos de agricultura, as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas). Mediante a defesa da agricultura de subsistência, o acesso comunal à terra e a oposição à expropriação da terra, as mulheres estão construindo internacionalmente o caminho para uma nova sociedade não exploradora, na qual a ameaça da fome e da devastação ecológica desaparecerá. (FEDERICI, 2019, p.279).

Silvia Federici (2019), costura a luta das mulheres em defesa dos bens naturais à luta pela terra a partir do uso comunal, o que no contexto do urbanismo e da produção social do espaço urbano pode ser provocado a partir da discussão da função social da propriedade do solo urbano. As experiências das agricultoras articulam redes de cuidado que são mediadas por dinâmicas de usos coletivos dos espaços (CAPASSO et al., 2021), mesmo nos quintais produtivos não é raro o entra e sai de vizinhos para pegar ou comprar alimentos e trocar receitas e a presença de crianças do bairro.

A natureza constantemente manejada por essas mulheres é, portanto, uma natureza tantas vezes orientada por princípios coletivos, centralizada no valor de uso dos recursos e da terra, sejam eles simbólicos, espirituais, ambientais ou econômicos. Entretanto, um dos grandes desafios para as agriculturas urbanas é o acesso à terra para cultivo. Mesmo quando os terrenos para a constituição das UPs são cedidos pela prefeitura, não há nada que garanta a permanência desses espaços a longo prazo, tendo em vista a constante disputa pela terra por diferentes agentes sociais no espaço urbano. Como ressalta Federici:

Hoje em dia se reconhece que a terra não é um “fator de produção” irrelevante para o capitalismo moderno. A terra é a base material para o trabalho de subsistência das mulheres, que por sua vez é a principal fonte de “segurança alimentar” para milhões de pessoas no planeta. (2019, p. 278).

As dificuldades encontradas pelas mulheres em sua inserção no espaço mais imediato da horta e da moradia se articula com dificuldades e conflitos mais amplos associados à produção do espaço urbano, à visibilização da natureza nele, bem como à inserção das atividades de produção de alimentos na cidade por estas mesmas mulheres, entre outros agentes (CARLOS, 2012; ALMEIDA; COSTA, 2021).

As reflexões, discursos, reivindicações e atuações políticas de parte do movimento ecofeminista, do movimento feminista agroecológico, dos feminismos indígenas e do campo da Economia Feminista - que mesmo separados nesta lista, recorrentemente se articulam e se misturam - recorrem com frequência à simultaneidade entre denúncia da histórica representação dos trabalhos reprodutivos e de cuidado, associados a natureza, como responsabilidade exclusiva das mulheres, e a afirmação e valorização destas atividades desempenhadas por tantas mulheres (LUGONES, 2014;).

As agricultoras urbanas têm prestado serviços de cuidado, sociais e ambientais, que não são remunerados. Desta maneira, vale pensar na possibilidade de políticas públicas descentralizadas, que fomentem e fortaleçam iniciativas autogeridas que já existem e que possam ser multiplicadas. Assim, visibilizando esse trabalho, apoiando a continuidade das experiências e contribuindo para assegurar a qualidade de vida das agricultoras urbanas, bem como das suas famílias e territórios. Trata-se de articular vários direitos, à cidade, à natureza, à alimentação adequada, enfim à manutenção de seus espaços de vida (COSTA et al, 2021; BUCKINGHAM, 2010).

É pertinente mencionar que recentemente, no dia 26 de julho de 2024, foi aprovada a Lei nº14.935, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e se compromete a ser descentralizada, integrada a políticas sociais e urbanas, e implementada com cooperação entre diferentes níveis de governo e entidades. A política traz ações centrais para o fortalecimento e expansão das atividades de agricultura urbana, também para enfrentamento de desafios como os retratados neste trabalho, tais como: definição de áreas para agricultura urbana; facilitar a aquisição de produtos da agricultura urbana; assistência técnica e formação; criação de feiras

livres e comercialização direta; linhas de crédito especiais para agricultores urbanos; entre outras (BRASIL, 2024).

Esse avanço é um passo importante para reconhecimento, valorização e legitimação do trabalho de agricultoras e agricultores urbanos, assim como na busca de direitos que tornem possível a continuidade e multiplicação de iniciativas de agroecologia nas cidades³.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas reflexões, buscamos compreender que o trabalho de cuidados é fundamentalmente parte das outras economias, sendo, ambivalentemente, uma potência na produção de espaços mais coletivos, que promovam o direito à natureza, à cidade e ao acesso a alimentos mais saudáveis (COSTA et al, 2021), mas também uma das diversas tarefas realizadas por mulheres, que movimentam a economia, mas raramente são visibilizadas, valorizadas e redistribuídas, seja financeiramente, pelo Estado e/ou suas comunidades e famílias.

O trabalho de cuidados está intrinsecamente ligado à produção do espaço, que é constituinte e constituído por relações sociais, mas também as rege dialeticamente (LEFEBVRE, 2006). Por essa razão, é perpassado por marcadores - e relações - de raça, classe, gênero e geração, o que implica na importância em considerá-los nas análises socioeconômicas e territoriais, buscando qualificar o debate acadêmico e também a avaliação e criação de políticas públicas, ações da sociedade civil e de planejamento urbano que considerem as especificidades das agricultoras.

Assim, para aprofundar na compreensão e visibilização das dinâmicas socioespaciais e econômicas do trabalho de cuidados em contextos urbanos, é necessário avançar na elaboração de estudos que conectem a produção social do espaço urbano com as outras

³ É relevante apontar que a agenda da agricultura urbana no Brasil tem sido acompanhada e fomentada pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), que tem promovido diálogo e pesquisa entre representações de diversos atores de grupos, movimentos e organizações, articulando-os a nível nacional. Além de fazer a ponte com o governo, para lutar, debater e construir políticas públicas de incentivo à agricultura urbana, como a política nacional, citada no texto.

economias e o trabalho de cuidados a partir de uma perspectiva interseccional dos marcadores sociais supracitados.

As práticas agroecológicas desempenhadas por agricultoras urbanas em Belo Horizonte não apenas promovem outras interações com o urbano, baseadas em relações de cuidado com as pessoas e natureza, mas também fortalecem laços comunitários e contribuem para a segurança alimentar e nutricional, saúde, promoção da biodiversidade, educação ambiental, entre outros ganhos.

O fortalecimento dessas iniciativas passa pela construção e fortalecimento de políticas públicas já existentes que apoiem efetivamente as agricultoras, proporcionando acesso a recursos, formação técnica e infraestrutura. Também é relevante apoiar a dimensão da intersetorialidade na articulação de políticas que assegurem os direitos das mulheres, considerando transversalmente a diversidade entre as mulheres, a partir de marcadores sociais como raça, classe, gênero, sexualidade e geração.

O reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura urbana é extremamente necessário não só para assegurar que elas possam continuar a desenvolver suas atividades de maneira autônoma, como também para atrair outras pessoas que desejam ser multiplicadoras dessas práticas, mas que são desmotivadas pela desvalorização desse tipo de trabalho.

5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Victor et al., Anuário das Agriculturas Metropolitanas: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2024 v. 02.

ALMEIDA, Daniela. Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ALMEIDA, Daniela; COSTA, Heloisa. Planejamento territorial e agricultura urbana entre o direito à cidade e os conflitos ambientais In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João;

MANSILLA, Pablo (orgs.). Planejamento territorial volume 2: reflexões críticas e práticas alternativas. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. p. 159-182.

BRASIL, Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, 26 de julho de 2024.

BRASIL, Institui o Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil, 22 de dezembro de 2023.

BUCKINGHAM, Shelley. Análise do direito à cidade sob a perspectiva de gênero. In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C. (orgs.). Cidades para todos: Propostas e experiências pelo direito à cidade Santiago, Habitat International Coalition (HIC), 2010.

CAPASSO, Raissa, DEL GUERRA, Débora e KIELING, Gabriel. Redes de cuidado. Revoluções invisíveis por uma vida vivível. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

CARLOS, Ana Fani. A produção da metrópole: o novo sentido do solo urbano na acumulação do capital. In RIBEIRO, Ana Clara; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Pedro (orgs.). Desafios ao planejamento. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. pp. 43-56.

COLLINS, Patricia Hill, Patricia. Pensamento feminista negro. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORAGGIO, Jose Luis. Economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

COSTA, Heloisa; MARTINS, Ghiulia; ALENCAR, Victor. Quando campos disciplinares se encontram: uma aproximação entre direito à cidade e direito à alimentação. In: D'OTTAVIANO, Camila; MEDEIROS, Sara (orgs.). Planejamento urbano e regional. Ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: ANPUR, 2021. p. 261-290.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. In: ANALES del Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista. Buenos Aires: [s. Ed.], 2009.

DINIZ, Sibelle. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. Nova Economia, [S. l.], v. 29, n. 3, 2019.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GIBSON-GRAHAM, J.K.; DOMBROSKI, K.. Introduction to The Handbook of Diverse Economies: inventory as ethical intervention. In: GIBSON-GRAHAM, J.K.; DOMBROSKI, K. The Handbook of Diverse Economies. Northampton: Edward Elgar, 2020.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org.). Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, 2010. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/sof_cuidado_trabalho_e_autonomia_das_mulheres_bollbrasil.pdf

_____. O trabalho de cuidado: comprando Brasil, França e Japão. Sur Rev Int Direitos Human;13(24):53-63, 2016.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. [S. l.]: Tradução preliminar de Doralice Pereira e Sérgio Martins, 2006.

LIMONAD, Ester. Por uma outra sustentabilidade. Um diálogo entre Lefebvre e o pensamento decolonial. Boletim Goiano de Geografia, v. 41: e70787, 2021.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo Descolonial. Estudos Feministas, 22(3): 935-952, setembro-dezembro, 2014.

REIS, Maria Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015.

WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane; DORÉ Thierry; FRANCIS, Charles; VALLOD, Dominique; DAVID, Christophe. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. Agronomy for Sustainable Development, v. 29, nº 4, pp. 503-515, 2009.